

Grandes bancos crescem 1,4% e lucram R\$ 25,2 bi no 3º trimestre

Balancos Com crescimento de 1,4%, resultado dos quatro grandes começa a dar sinais de melhora

Bancos lucram R\$ 25,2 bi no 3º trimestre

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

A temporada de balanços do terceiro trimestre confirmou que o pior já passou para os grandes bancos de capital aberto. Os resultados mostram vários sinais de melhora, depois de um primeiro semestre marcado por um ambiente de risco no crédito e pelo impacto do caso Americanas. A inadimplência, que vinha subindo após as mínimas atingidas na pandemia, deu mostras de ter atingido o pico e até começou uma trajetória de queda. A margem financeira continuou em alta, já que o efeito da queda da Selic sobre o crédito leva um tempo para se materializar, e as receitas de tarifas também mantiveram algum crescimento. Assim, as perspectivas para o setor em 2024 são positivas, mesmo com a desaceleração da economia.

Itaú Unibanco, Banco do Brasil (BB), Bradesco e Santander lucraram juntos R\$ 25,175 bilhões, em termos ajustados, de julho a setembro com alta de 1,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação com o segundo trimestre, houve avanço de 3,4%. Itaú e BB estão com resultados recordes, enquanto Santander começou a mostrar uma recuperação, depois de ter sentido mais o impacto da inadimplência, e Bradesco ainda é penalizado.

A melhora na margem financeira combinada, que somou R\$ 79,227 bilhões, ajudou os bancos no período. O indicador subiu

Em recuperação

Resultado combinado de Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e BB

Em R\$ bilhões

	3º tri/22	2º tri/23	3º tri/23
Margem financeira bruta	72,34	79,019	79,227
Despesas com PDD	25,985	32,913	31,945
Lucro líquido ajustado	24,827	24,354	25,175
Carteira de crédito ampliada	3.538,67	3.682,38	3.732,43

Fonte: Demonstrações Financeiras

0,26% no trimestre e 9,52% em um ano. Como o crédito mostrou um ritmo mais ameno, a indicação é que os spreads aumentaram.

Outro fator que contribuiu para a melhora foi a desaceleração das despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD), a reserva que as instituições financeiras constituem para se proteger da inadimplência. Esse indicador, que totalizou R\$ 31,945 bilhões, caiu 2,9% em relação ao segundo trimestre e subiu 22,9% frente ao terceiro trimestre do ano passado. Porém, o ritmo de alta diminuiu na comparação com o que se viu desde o fim de 2022, quando os bancos tiveram de fazer provisões relacionadas ao caso Americanas (só o BB ainda fez ajustes relacionados à varejista para isso no terceiro trimestre) e para uma deterioração geral no ambiente.

Uma das métricas que mostram piora foi o crédito. A carteira combinada dos quatro grandes bancos chegou a R\$ 3.732 trilhões no fim de setembro, com altas de 1,4% frente a junho e 5,5% sobre setembro do ano passado, des-

celerando em relação aos trimestres anteriores. Com a alta da inadimplência no começo do ano, as instituições financeiras adotaram uma postura cautelosa em linhas mais arriscadas, e apostaram em modalidades mais seguras, como o consignado.

Agora, com os sinais de queda nos índices de atraso, os bancos começam a mostrar um maior apetite por risco. É o caso, por exemplo, do Itaú. Apesar de o crescimento da sua carteira estar abaixo do projetado para este ano, o banco aposta em uma retomada no quarto trimestre e vê um 2024 positivo. A instituição afirmou que a demanda de

A melhora na margem financeira combinada, que somou R\$ 79,227 bilhões, ajudou os bancos no período

grandes empresas está voltando e os mercados de capitais também estão mais ativos.

O vice-presidente financeiro do Itaú, Alessandro Broedel, disse que o banco tem um crescimento de carteira saudável, com alta nas linhas em que a instituição deseja e queda nas de menor qualidade. "Apesar do crescimento anual de 6% da carteira no Brasil, estamos crescendo de forma bem mais robusta em nossos segmentos focos."

Milton Maluly, CEO do Itaú, afirmou que a instituição está muito confortável em termos de qualidade do crédito e comportamento da inadimplência. Segundo ele, a expectativa é uma queda de 0,3 ponto percentual na inadimplência de pessoa física no quarto trimestre. O indicador encerrou setembro em 3,2%.

Já no BB, o vice-presidente financeiro, Geovanne Tobias, ressaltou que o banco está no caminho para registrar o maior lucro anual da sua história. De acordo com ele, o resultado está calçado em crescimento do crédito, com destaque para micro e pequenas empresas, pessoas físicas e agro-

mestre; a reforma tributária pode acabar com ou alterar os juros sobre capital próprio (JCP), muito usado pelos bancos; e o Banco Central ainda precisa definir as regras para o cálculo do risco operacional no âmbito da regulação de Basileia 3.

No Santander, o terceiro trimestre parece ter sido o início de um movimento mais firme de recuperação. Com a avaliação de que "o pior já passou", o banco pretende continuar aumentando os portfólios mais seguros, nos quais já vinha focando, mas também voltar a crescer em linhas nas quais havia pisado no freio, como o cartão de crédito. "Com um controle bem fino sobre a gestão do portfólio, a gente está a cada trimestre mais confortável em ampliar os motores", afirmou o CEO Mário Leão.

Para os analistas do Goldman Sachs, o terceiro trimestre mostrou uma desaceleração do crédito para famílias e empresas. "O principal ponto positivo é a melhora na qualidade dos ativos, que poderá ser um bom sinal para que o crescimento dos empréstimos comece a acelerar no próximo ano, mas spreads mais baixos podem pressionar as margens financeiras", afirmaram em relatório.

Apesar das perspectivas positivas, o setor ainda vive algumas incertezas regulatórias. O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) tem reduzido o teto de juros do consignado para beneficiários do INSS, o que afetou as concessões no terceiro tri-

mestre; a reforma tributária pode acabar com ou alterar os juros sobre capital próprio (JCP), muito usado pelos bancos; e o Banco Central ainda precisa definir as regras para o cálculo do risco operacional no âmbito da regulação de Basileia 3.

A questão rotativa do cartão de crédito é um caso à parte. Os executivos do setor são unânimes em afirmar que as altas taxas da modalidade — de 441,1% ao ano em setembro, segundo o BC — são decorrentes de um modelo muito complexo e não há sinais de uma solução de consenso. O setor tem até 1º de janeiro para apresentar uma proposta alternativa ao limite estipulado em lei, segundo o qual a cobrança de juros não pode ultrapassar o equivalente a 100% do valor principal da dívida.

Maluly, do Itaú, disse que, se o limite de juros for adotado, o mercado terá de cancelar os cartões de muitos clientes. "Se o teto entrar em vigor, vai diminuir um pouco as taxas, mas não vai resolver nenhuma das questões que temos hoje", afirmou, acrescentando que "para um problema complexo, uma solução simples não é melhor". Com uma postura um pouco diferente dos rivais privados, Tobias, do BB, disse que "não dá para simplesmente acabar com o parcelado [sem juros]". O executivo fez um "apelo para que seja levado em conta o que é melhor para o cliente".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Finanças **Caderno:** C **Página:** 1